



Relatório de Gestão

Exercício Económico de 2024

Conteúdo

1 – Nota Introdutória	3
2 – Entidade.....	5
2.1– Estrutura Organizacional	6
2.2 – Recursos Humanos	8
3 – Atividade Municipal 2024.....	14
4 – Desempenho Orçamental e Financeiro.....	26
6 – Limite da Dívida e Dívida Total	57
7 – Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	59
8 - Contabilidade de Gestão	60
9 – Eventos Subsequentes	62
10 – Conclusões.....	64

1 – Nota Introdutória

O momento de elaboração e apresentação dos documentos de prestação de contas relativos a um exercício económico, constitui sempre uma fase avaliação das políticas implementadas ao longo desse período, bem como das opções de gestão tomadas pelo executivo municipal.

Considerando que a coisa pública é titulada por todos, a respetiva administração e gestão deve também ser conhecida por todo, e gerar o interesse de todos.

Subjacente ao cumprimento do princípio da transparência, interessa que as obrigações de divulgação generalizada e de publicitação vão para além da prestação de contas em termos quantitativos, mas que veiculem informação que permita avaliar a obra feita, as razões das principais opções e os objetivos efetivamente alcançados.

As demonstrações financeiras têm por finalidade proporcionar aos utilizadores a informação acerca dos recursos e obrigações da entidade à data de relato, os gastos suportados e os rendimentos obtidos ao longo do período em análise, bem como do fluxo de recursos gerados para o período subsequente.

Este conjunto de informações disponibilizado, será tanto mais útil, quanto permitir aos seus utilizadores, sejam eles os munícipes, membros dos órgãos de fiscalização e tutela ou demais partes interessadas, a obtenção de elementos que suportem a avaliação acerca da capacidade da entidade em cumprir as suas obrigações e continuar a fornecer bens e serviços a um dado nível, bem como perspetivar a mais eficiente alocação de recursos futuros para manter ou melhorar esse cumprimento de obrigações e o fornecimento de bens e serviços futuros. Essa informação será tanto mais relevante e facilmente compreensível, se os elementos disponibilizados nos diferentes mapas elaborados forem complementados por informação de natureza qualitativa que permita enquadrar as opções tomadas e explicitar os objetivos e resultados atingidos.

A prática de uma cidadania de plenos direitos e deveres, que se pretende cada vez mais intrínseca e participativa nas sociedades democráticas, exige que o acesso à informação e ao conhecimento esteja cada vez mais disponível e acessível, de forma a constituir-se como o promotor do processo de desenvolvimento e progresso.

Neste contexto, a prestação de contas reveste-se de uma importância cada vez mais reconhecida, e vai muito mais além do que a mera necessidade de cumprimento de uma obrigação legal, na medida em que corresponde à prática de reportar às partes interessadas, o uso de recursos públicos, subsidiados, financiados ou doados, resultados alcançados e tomada de decisão. Traduz, pois, a responsabilidade e obrigação de partilha de informação sobre as atividades desenvolvidas pelas entidades em cada exercício económico, bem como os recursos utilizados e os rendimentos e benefícios obtidos com essas mesmas atividades.

O Relatório de Gestão assume-se como o elemento do conjunto de documentos de prestação de contas que visa facultar elementos adicionais, nomeadamente explicitar o contexto e eventuais externalidade que condicionam a atuação da gestão no exercício, assim como o desempenho dos responsáveis pelas políticas públicas no âmbito da execução da sua estratégia, procurando facilitar a compreensão e interpretação das suas opções, espelhadas nas demonstrações orçamentais e financeiras, sempre com a finalidade de proporcionar uma imagem verdadeira e adequada da atividade e da situação económico-financeira da entidade.

Os documentos de prestação de contas agora apresentados e submetidos à apreciação e aprovação dos vários órgãos municipais e à avaliação das entidades de tutela, foram elaborados no estrito cumprimento das Normas de Contabilidade Pública (NCP) prevista no referencial contabilístico SNC-AP, sujeitos a processos de certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e serão apresentados à apreciação e aprovação dos órgãos locais e posteriormente remetidos para o Tribunal de Contas e demais entidades tutelares de administração central.

2 – Entidade

Visão

O Município de Trancoso orienta a sua ação no sentido de obter um desenvolvimento sustentável, de promover e dinamizar o concelho a nível económico, social, ambiental e cultural, através de um programa estratégico de médio prazo, alicerçado nos eixos do comércio, do turismo e dos serviços, otimizando os recursos disponíveis, primando por uma gestão pública competitiva e atenta às necessidades dos seus munícipes, apoiando a agricultura, a agropecuária e a indústria. (1)

Missão

O Município de Trancoso tem como missão definir estratégias orientadoras e executar as consequentes políticas municipais no sentido do desenvolvimento sustentável do seu território, contribuindo para o aumento da competitividade do mesmo, no contexto local, regional e nacional, promovendo a qualidade de vida dos seus munícipes e assegurando elevados padrões de qualidade nos serviços prestados. (1)

(1) Conforme despacho publicado no DR com o n.º 4116/2014, de 18 de março (Série II), alterado pelo despacho publicado no DR com o n.º 6323/2018, de 28 de junho (Série II).

2 1– Estrutura Organizacional

A partir do disposto na Lei 75/2013, de 12 de setembro, o qual define o regime jurídico das autarquias locais, definindo também o quadro de competências e atribuições que lhes estão cometidas, facilmente se conclui quanto à vasta abrangência das suas atividades, às quais se têm vindo a somar muitas outras, fruto do processo de descentralização de competências para as autarquias locais, iniciado com a publicação da Lei 50/2018, de 16 de agosto.

Assim, com vista a assegurar a satisfação das necessidades coletivas identificadas como competência e atribuição da administração local, responder a um nível crescente de exigência por parte dos munícipes quanto à qualidade dos serviços prestados e ainda promover a eficácia e eficiência na resposta às suas preocupações e reivindicações, os municípios sentiram a necessidade de adaptar as suas estruturas orgânicas, como forma de conseguir garantir uma resposta mais cabal à diversidade e quantidade das solicitações com que diariamente são confrontadas.

Neste sentido, e dando cumprimento ao disposto no n.º 3, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, o Município de Trancoso fez aprovar, por deliberação do órgão executivo de 27 de setembro de 2013, o Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais e respetivo organograma.

Tendo por objetivo promover as alterações entendidas por necessárias a uma adequada resposta e melhoria de desempenho dos serviços municipais no desenvolvimento das suas competências, foi aprovada pela Assembleia Municipal de Trancoso, na sua sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2018, sob proposta da Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2018, a 1.ª Alteração ao Regulamento da Organização e Estrutura dos Serviços Municipais, a qual foi objeto de publicação em Diário da República através do despacho n.º 6323/2018, de 28 de junho (IIª Série).

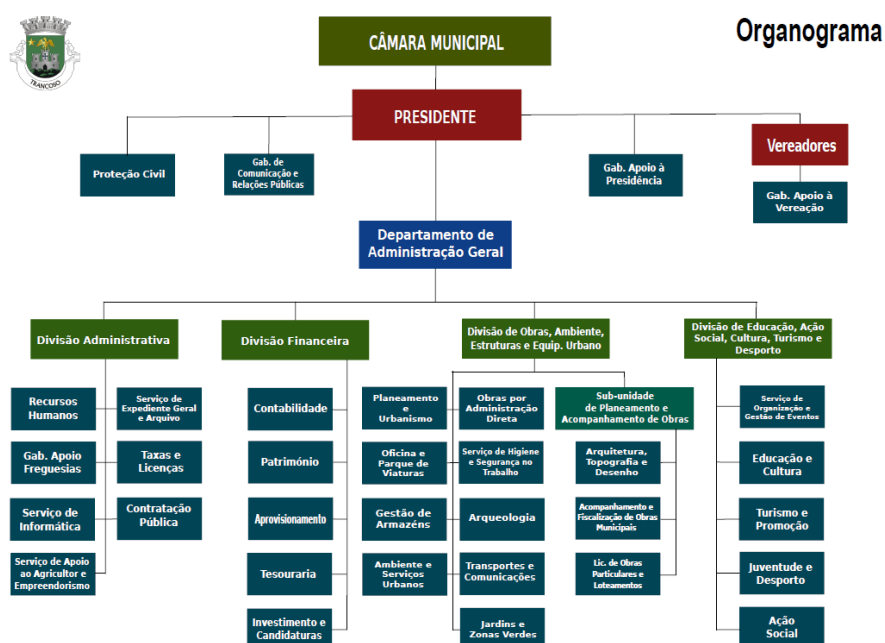
O referido regulamento define assim a visão, os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços do Município de Trancoso, bem como os princípios que o regem, e respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

De acordo com a nova estrutura definida, os serviços municipais são coordenados por uma unidade nuclear, Departamento, sendo que a estrutura flexível é composta por unidades e subunidades orgânicas, Divisões, das quais dependem os vários serviços municipais.

As respetivas atribuições, objetivos e competências estão definidas no regulamento aprovado.

Quanto aos órgãos de fiscalização, o enquadramento jurídico estabelecido na Lei 75/2013, de 12 de setembro, a qual veio revogar parcialmente as disposições da Lei 169/99, de 18 de setembro, o nº. 2 do artigo 25º define como competência da Assembleia Municipal, o acompanhamento e fiscalização da atividade do Município.

Figura I



14-02-2018 Aprovado em Reunião de Câmara
23-02-2018 Aprovado em Assembleia Municipal
28-08-2018 Publicado em Diário da República

2.2 – Recursos Humanos

De forma a garantir o cumprimento dos objetivos e projetos definidos para cada exercício económico, o executivo municipal faz aprovar, anualmente, em conjunto com os documentos previsionais, o mapa de pessoal, no qual faz refletir os recursos humanos que entende por necessários para lhes dar cumprimento e para garantir uma resposta eficaz às atribuições, competências e atividades desenvolvidas no âmbito de atuação do municipal.

O exercício de 2024, ficou marcado por ajustamentos que procuraram colmatar algumas carências pontuais de recursos humanos e suprir lacunas identificadas no funcionamento de alguns serviços.

Houve ainda necessidade de substituir trabalhadores que deixaram de exercer funções no Município, fruto de processos de mobilidade para outras entidades, e, sobretudo, em resultado de alguns chegarem ao final da vida ativa e requererem o respetivo processo de aposentação.

Assim, no âmbito da gestão de recursos humanos, assistiu-se ao longo do exercício de 2024 a um fluxo de saídas e de entradas de trabalhadores, constatando-se que a 31 de dezembro se encontravam ao serviço da autarquia um total de 278 trabalhadores, traduzindo assim uma variação líquida positiva de 5 postos de trabalho, a que corresponde a um crescimento na ordem dos 2%.

Quadro I

Variação do Número de Trabalhadores 2023/2024

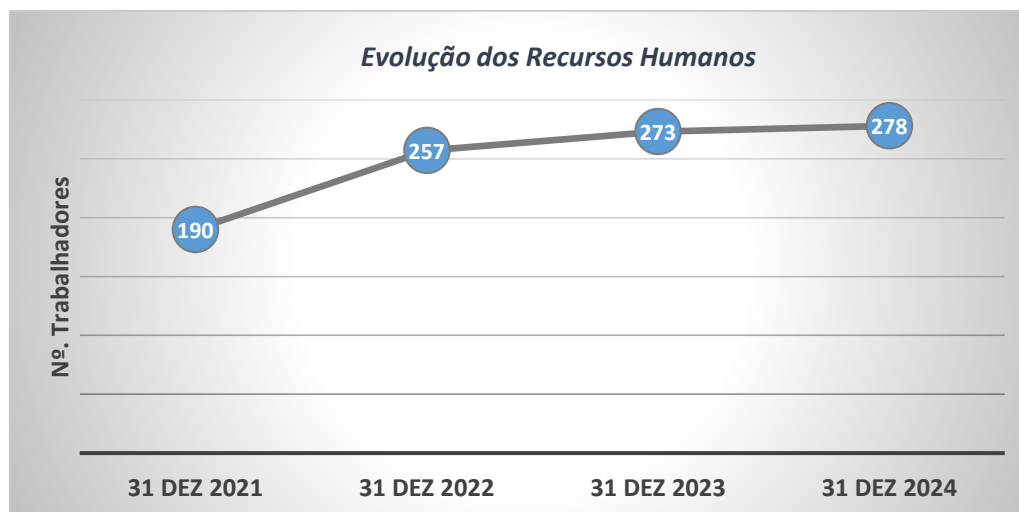
	Nº. Trabalhadores 31/12/2023	Nº. Trabalhadores 31/12/2024	Taxa de Crescimento
Total Trab. Município	273	278	2%

Fonte: Balanço Social

Estes 5 postos de trabalho resultaram da admissão de novos colaboradores, na sequência da abertura e realização de procedimentos concursais, tendo os mesmos ido preencher lugares aprovados no Mapa de Pessoal do Município de Trancoso ainda não ocupados.

Registe-se que para além destes 5 trabalhadores admitidos, verificaram-se ainda outras novas entradas, na exata medida das necessidades de colmatar a substituição de trabalhadores que se aposentaram durante o ano de 2024, ou que saíram por recurso à mobilidade entre serviços.

Gráfico I



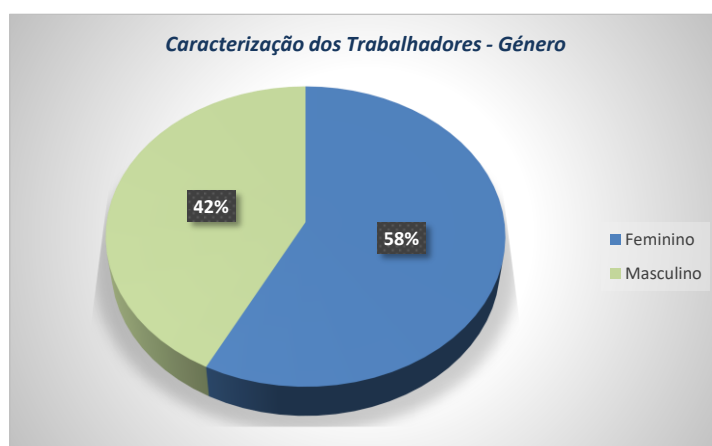
Do universo de trabalhadores identificados a 31 de dezembro do exercício em análise, 272 estavam vinculados por um contrato de trabalho de emprego público por tempo indeterminado, o que constitui um importante fator de estabilidade no desempenho das funções exercidas.

Para além destes, verifica-se existirem 4 trabalhadores em comissão de serviço, dos quais 1 nomeados para o exercício de funções no Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação e 3 nomeados em comissões de serviços de cargos dirigentes.

O Município de Trancoso disponha no seu mapa de pessoal no final de 2024, de 49 lugares ocupados na carreira de técnico superior, 53 trabalhadores a exercerem funções de assistentes técnicos e 171 na carreira de assistente operacional. Verificava-se ainda a existência de 1 trabalhador que ocupa um posto de trabalho no âmbito das carreiras não revistas, no caso concreto, na carreira de informática.

Registe-se que de entre os 278 trabalhadores a exercer funções no Município de Trancoso a 31 de dezembro de 2024, 118 são do sexo masculino, verificando-se, portanto, a prevalência de trabalhadores do sexo feminino, que ocupavam à data, um total de 160 postos de trabalho, representando cerca de 58% do universo total de trabalhadores.

Gráfico II



Relativamente aos cargos dirigentes ocupados de entre os previstos na estrutura orgânica municipal, verificava-se existir a 31 de dezembro:

- 1 dirigente intermédio de 1º grau;
- 2 dirigentes intermédios de 2º grau;

Constatou-se no ano de 2024 uma alteração nos cargos dirigentes ocupados, na medida em que, na sequência do processo de aposentação do titular da comissão de serviço de dirigente de intermédio de 1º grau, Diretor de Departamento, o mesmo passou a ser ocupado, em regime de substituição durante o período em que decorreu o procedimento concursal com vista ao respetivo provimento e consequente nomeação, pelo dirigente anteriormente titular do cargo de dirigente intermédio de 2º grau responsável pela Divisão Administrativa. Assim, no final do exercício, o número de dirigentes ficou reduzido a 3, a saber: 1 Diretor de Departamento de Administração Geral (dirigente intermédio de 1º grau) e 2 dirigentes intermédios de 2ª grau, na direção da Divisão Financeira e da Divisão de Obras, Planeamento e Serviços Urbanos.

Dos trabalhadores que no final de 2024 se encontravam em comissão de serviço nos referidos cargos dirigentes, todos detêm vínculo por tempo indeterminado com o Município de Trancoso.

Refira-se, portanto, que na quase totalidade das situações, o emprego no Município de Trancoso caracteriza-se pela estabilidade do vínculo laboral, uma vez que do universo global de trabalhadores, apenas 2 situações revestem a natureza de contratos de trabalho a termo resolutivo certo, os quais ocupam postos de trabalho afetos à execução de uma candidatura na área social, que tem um limite temporal definido para a sua conclusão.

Ainda com referência às opções de gestão de recursos humanos, deve salientar-se o facto de em 2024 se ter continuado a promover uma política de incentivo e valorização dos seus trabalhadores, traduzida, nomeadamente, na prática de ocupação preferencial de vagas eventualmente disponíveis no mapa de pessoal em carreiras diferentes das de origem, pelos trabalhadores do Município, a partir de procedimentos de mobilidade interna intercarreiras.

Decorrente das decisões tomadas quanto à gestão das necessidades de recursos humanos do Município e respetiva valorização, conclui-se, a partir da análise ao total de **Gastos com Pessoal**, que se verificou um ligeiro crescimento em relação ao valor apurado no final do exercício de 2023, na ordem dos 7,55%, em resultado não só da valorização das tabelas salariais ocorrida em 2024, mas também do crescimento do número de trabalhadores ao serviço do Município.

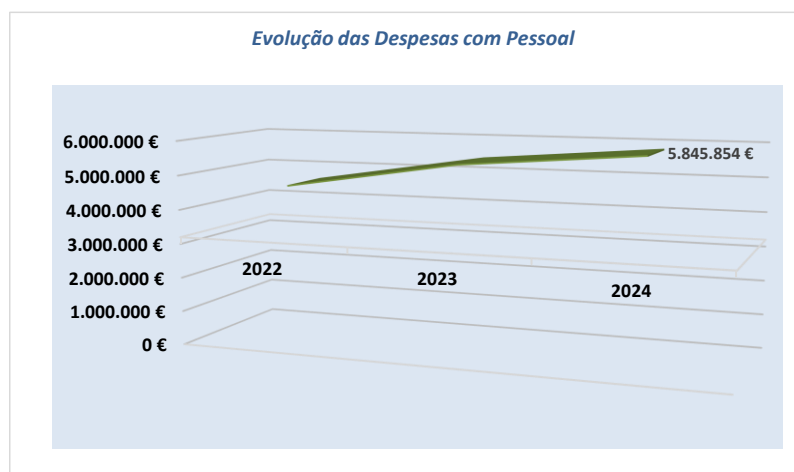
Quadro II

Variação da Despesas com Pessoal

Unidade: euro

	2023	2024	Acréscimo	Taxa Cresc.
Despesas com Pessoal	5.435.630 €	5.845.854 €	410.224 €	7,55%

Gráfico III



No decurso do exercício de 2024, o Município de Trancoso assegurou o estrito cumprimento da legislação aplicável às autarquias locais e demais entidades da administração local em matéria de recursos humanos, procurando permanentemente ajustar os seus recursos, dentro dos limites estabelecidos pelo quadro legal em vigor, de forma a melhorar a qualidade dos seus serviços e dar uma resposta mais eficiente às solicitações dos seus munícipes.

3 – Atividade Municipal 2024

A gestão da autarquia no ano em apreço continuou influenciada por fatores externos, nacionais e internacionais, alheios à vontade do executivo municipal e que influenciaram o rumo da atividade da Câmara no exercício económico de 2024.

De facto, o contexto de Guerra na Europa e no Médio-Oriente e a mudança de orientação política determinada pelas eleições nos EUA, mantiveram a incerteza, intranquilidade e insegurança, quanto ao rumo a seguir, designadamente no Continente Europeu, mas também no resto do Mundo.

Em termos económicos, o ano de 2024 foi de crescimento anémico, as grandes economias da Europa e do Mundo apresentaram grandes dificuldades, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia (UE), de acordo com estimativas do Eurostat, crescido 0,9% e o da zona euro apenas 0,7%.

Este cenário colocou dificuldades acrescidas às exportações portuguesas, que diminuíram um ponto percentual face ao ano anterior, ainda que o (PIB) de Portugal tenha registado um crescimento real de 1,9% em 2024 face a 2023, de acordo com os resultados das divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Apesar da trajetória regressiva registada pela inflação em 2024, face ao ano anterior, as famílias portuguesas viram agravadas as suas dificuldades, pois agravou-se o preço dos principais bens do cabaz alimentar que, de acordo com a DECO PROteste, “*desde o último dia de isenção de IVA nos alimentos, a 4 de janeiro de 2024, o cabaz de 41 alimentos que tiveram IVA zero viu o seu **preço** subir 2,56 euros (mais 1,80%)*”.

Deste modo são inegáveis os efeitos negativos na economia europeia do arrastamento dos conflitos bélicos referidos, obrigando ao reforço dos meios financeiros alocados aos sistemas de defesa e que, consequentemente, afetaram, direta e/ou indiretamente, os Europeus e, por conseguinte, Portugal e os Portugueses.

A lenta descida das taxas dos empréstimos à habitação, associada ao elevado preço dos preços dos bens e serviços, designadamente combustíveis e energia, e a uma inflação de 2,4%, criaram mais dificuldades, diminuição da atividade económica, crescimento abaixo do esperado e reduzida criação de emprego, logo, diminuição do nível de vida e fraca recuperação do poder de compra das famílias.

Em Portugal, registou-se ainda a mudança de Governo e, consequentemente, de orientações e opções políticas resultantes das eleições legislativas antecipadas, o que se traduziu no atraso, compreensível, na tomada de decisões, resultante da alteração dos responsáveis pelas diversas pastas governamentais.

Como era de esperar, os processos de candidaturas e projetos submetidos a financiamento, quer no âmbito do **Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)** português quer do **Portugal 2030** sofreram algum adiamento.

No caso de Trancoso, o atraso na decisão prende-se com a candidatura para requalificação das Escolas (Eb 2,3 Vila Franca das Naves, EB 2,3 de Trancoso e Secundária Gonçalo Anes Bandarra), bem como a decisão quanto à construção das 9 moradias no Loteamento da Sr^a. da Fresta, este dependente do IHRU.

O aproveitamento dos fundos comunitários proporcionados pelo PRR e pelo PT2030, constitui uma oportunidade para reforçar a qualificação do território, aumentar a sua resiliência, garantir maior competitividade, modernizar e diversificar os serviços, criar produtos de maior qualidade e valor, adotando estratégias de desenvolvimento a nível local, promotoras de maior coesão social e ambientalmente sustentáveis.

Cabe ao Governo aprovar os instrumentos reguladores necessários para que os diversos promotores, públicos e privados, possam concretizar os respetivos projetos e contribuir para alcançar as metas e objetivos assumidos por Portugal com a Comissão Europeia.

A estratégia do Município prosseguiu alinhada com os objetivos e metas definidas quer no Portugal 2030 quer no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o que é imprescindível para a concretização de projetos municipais, estruturantes e decisivos para a economia local.

Nesse sentido, a governação da maioria do Partido Socialista pautou-se por uma gestão criteriosa, transparente e próxima dos cidadãos, adotando a melhor estratégia na afetação responsável dos recursos disponíveis e priorizando sempre a aposta em investimento público estruturante e multiplicador.

A gestão municipal de 2024, foi ainda condicionada pela necessidade de afetar recursos financeiros próprios ao pagamento das **responsabilidades advindas do passado** e que importa resolver e liquidar, destacando-se aqui os encargos assumidos com a transferência do Passivo emergente da Paceteg, SA, uma Parceria Público Privada, na qual o Município participa, por via da empresa municipal TEGEC, EM, em 49%, e que os executivos da maioria do PS resolveram, tendo-se iniciado o pagamento em finais de 2024, obtendo a redução das responsabilidades financeiras resultantes **dos contratos** aprovados pelo executivo liderado pelo PSD, em **2009**, contra os quais votaram os vereadores do PS.

Ainda neste domínio, no exercício económico findo, foram liquidados os 335.000 € relativos à dívida referente às obras realizadas no Pólo Industrial da Ribeirinha e objeto de acordo judicial com o empreiteiro.

Foi igualmente objeto de acordo judicial o valor reclamado pela empresa Calvestlar, relativo às obras realizadas na construção do Espaço do Mercado Grossista, tendo sido pago o valor acordado, 215.000 €, no ano de 2024.

Foi ainda objeto de acordo judicial, e respetivo pagamento, o valor de 75.000 € reclamado pela empresa Ascop – Construção Civil e Obras Públicas, Lda , relativo a arruamento e passeios realizados em Vila Novinha.

Permanece por resolver a ação interposta pelo IFAP contra a F.M.T – Feira e Mercados de Trancoso, dívida resultante do incumprimento detetado pelo IFAP, nas obras de construção do Mercado de Leilão de Gado.

Deste modo, além da conjuntura externa instável e desfavorável, o exercício autárquico de 2024 foi assim dificultado pelas responsabilidades próprias do Município, advindas de decisões do passado, anteriores a 2013.

Consequentemente, aumentou o grau de dificuldade e imprevisibilidade na execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2024 obrigando o executivo a proceder a inúmeras alterações àqueles documentos, para poder executar as amplas competências que cabem ao Município.

Neste exigente cenário, o executivo procurou ultrapassar barreiras e prosseguir o caminho traçado, realizando os investimentos prioritários para o futuro do concelho e mantendo o equilíbrio das contas municipais.

Os recursos financeiros da autarquia foram alocados, prioritariamente, à realização dos projetos candidatados a financiamento comunitário e/ou da administração central, assim como a projetos dinamizados no âmbito da Comunidade Intermunicipal e outras Associações de Desenvolvimento Locais e Regionais.

A estratégia delineada teve como objetivo diminuir o impacto que a conjuntura nacional e internacional estavam a causar à economia local, às famílias, às empresas e instituições locais.

Nesse sentido, a Câmara Municipal manteve e reforçou os apoios financeiros destinados aos diversos agentes dinamizadores da atividade económica do concelho e que contribuem para aumentar a resiliência do território.

No âmbito fiscal, o executivo manteve a taxa mínima de IMI e a redução cumulativa da mesma taxa em função do número de dependentes do agregado familiar assim como **prescindiu da totalidade do valor do IRS (5%)**, que as famílias anualmente pagam.

Os agregados familiares mais necessitados continuaram a beneficiar de apoio municipal, designadamente para melhoria das condições de habitação própria.

O transporte escolar continuou gratuito para os alunos do pré-escolar e os apoios para material escolar/cadernos de atividades foi alargado a todos os alunos de todos os ciclos de ensino público, que frequentam os estabelecimentos de ensino no concelho.

O Agrupamento de Escolas de Trancoso e a Escola Profissional de Trancoso continuaram a beneficiar do apoio do Município para as suas atividades escolares e para atividades de

animação e apoio à família (AAAF), alocando para o efeito material didático e outros materiais, equipamentos e recursos humanos.

A atividade municipal teve expressão nas diversas vertentes da sociedade local, no âmbito social, económico, cultural, do património e desportivo, destacando-se algumas das principais ações e projetos.

Prosseguiram as obras de requalificação do edifício dos Paços do Concelho, cuja conclusão deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2025.

Foram objeto de intervenção os edifícios das antigas Escolas Primárias de Moimentinha, Maçal da Ribeira e de Vila Franca das Naves.



Foram concluídos os projetos de requalificação do Parque Escolar – Escola 2/3 ciclo. de Trancoso, Escola 2/3 ciclo. de Trancoso e Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra e apresentada a respetiva candidatura.

Foi elaborado o projeto para requalificação da antiga Escola Primária de Falachos, no âmbito do programa de construção de habitação.

Foi efetuada a revisão do projeto para construção de 9 habitações no Loteamento Senhora da Fresta, cujo concurso público para a sua construção se encontra já a decorrer.



Foi concluída a empreitada de requalificação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Vila Franca das Naves.



Foi concluída a intervenção nas Piscinas Cobertas de Vila Franca das Naves, no âmbito do projeto de eficiência energética.

Foi adjudicada a elaboração do projeto para requalificação do Largo do Mercado, em Vila Franca das Naves, estando agora em fase de revisão do projeto.

Foi iniciada a empreitada de reparação da cobertura do Centro Cultural de Trancoso.

Foi concluída a elaboração do projeto para requalificação do Palácio Ducal – Museu da Cidade, efetuada a revisão do mesmo, lançado o concurso público da empreitada, tendo a mesma sido já adjudicada em 2025.

Foi lançado o procedimento para elaboração do projeto de requalificação da Muralha de Trancoso, intervenção que foi objeto de contratualização com a Administração Central, via Património Cultural, I.P..



Concluiu-se a empreitada de requalificação do Edif. Da Esc. Primária de Vale do Seixo para construção do Albergue, incluindo os arranjos da envolvente ao mesmo.

Concluiu-se o Centro de Convívio de Carigas, o qual será colocado ao serviço da população local.

Prosseguiu a execução do Centro BTT da Serra do Pisco – Trancoso, cuja conclusão deverá ocorrer no primeiro semestre de 2025.



Ao nível de arruamentos, estradas e caminhos, foi muito significativo o valor alocado no orçamento municipal às diversas empreitadas levadas a cabo nas diferentes freguesias do concelho, num **total de 839.546 €**, aumentando a qualidade da rede viária municipal, que se enumeram:

- Arruamentos em Esporões;
- Arruamentos em Fiães;
- Arruamentos em Cóticos e À-dos-Ferreiros;
- Arruamentos na Freguesia de Moreira de Rei;
- Arruamentos na União de Freguesias de Freches e Torres;
- Estradas e Caminhos na Freguesia de Granja;
- Repavimentação da Rua das Naves, em V. F. das Naves;
- Repavimentação do CM 1044/1 – Rio de Moinhos – Castaíde – Sintrão;
- Repavimentação do CM Rio de Moinhos – Quinta do Sameiro – Rio de Mel;
- Execução da Rotunda - Quartel dos Bombeiros Voluntários de Trancoso;



Foram executadas diversas ampliações elétricas a fim de aumentar o potencial produtivo das explorações agrícolas beneficiárias dessas ampliações.

O setor primário continuou a beneficiar de ações desenvolvidas no âmbito do protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD, relativas à cultura da castanha, do vinho e do azeite.



Além disso, o executivo manteve o apoio aos agricultores para o “saneamento sanitário de ovinos, caprinos e bovinos”, transferindo o correspondente valor para a Cooperativa Bandarra e a Agripec, num total superior a 60.000 euros.

Em 2024 Trancoso foi, de novo, motivo de destaque e de visita pela qualidade e dimensão dos eventos realizados no concelho, de cariz comercial, cultural e lúdico, que uma vez mais trouxeram à cidade e ao concelho largos milhares de visitantes e turistas, que dinamizaram e alavancaram a economia local, nos diversos setores.

O destaque vai, naturalmente, para a Feira de São Bartolomeu, mas também para os restantes certames comerciais, designadamente a Feira do Fumeiro e dos Sabores, As Bodas Reais, o Festival de Música no Castelo, a Feira da Castanha e a de Santa Luzia e o Festival de Folclore e das Vindimas de Vila Franca das Naves, eventos que uma vez mais tiveram grande adesão de público e cujo impacto na economia local é reconhecido por todos.



No capítulo da Proteção Civil e da Proteção da Floresta, o Município manteve o apoio ao funcionamento das 4 (quatro) EIP – Equipas de Intervenção Permanente, duas a funcionar na Associação de Bombeiros Voluntários de Trancoso e duas na Associação de Bombeiros Voluntários de Vila Franca das Naves, suportando ainda o custo do espaço de funcionamento da FEB – Força Especial de Bombeiros e ainda disponibilizou apoio às 2 (duas) Associações de Produtores Florestais do concelho, a Piscotávora e a Alto da Broca. Foi efetuada a limpeza das faixas de gestão do combustível, na rede viária identificada pelos serviços do Gabinete Técnico Florestal.

O executivo municipal manteve o apoio institucional e financeiro a todas as Juntas de Freguesia do Concelho, aumentando uma vez mais o valor global anualmente atribuído e que em 2024 foi superior a 372.000 €.

Por outro lado, o apoio alocado às transferências, correntes e de capital, destinadas ao movimento associativo e outras instituições do concelho, no ano de 2024, foi muito significativo, permitindo àquelas entidades a realização dos seus planos de atividades, daí resultando importantes benefícios para a promoção da cultura, do desporto, da ação social e da economia de Trancoso.

Apesar do rol de compromissos, atividades e investimentos realizados ao longo da gestão, o executivo não descurou o pilar fundamental de qualquer instituição, de qualquer empresa ou organização, **os recursos humanos**. Neste capítulo, foram asseguradas as verbas necessárias à atualização salarial, às progressões e mobilidades na carreira e na categoria, devidas e reconhecidas aos trabalhadores do Município.

4 – Desempenho Orçamental e Financeiro

Neste ponto pretende-se facultar informação complementar às demonstrações financeiras relativas aos recursos utilizados ao longo do exercício de 2024, nomeadamente quanto a:

- (i) Origem, afetação e uso dos recursos;
- (ii) Forma como a entidade financiou as suas atividades e satisfaz as suas necessidades de caixa;
- (iii) Capacidade de a entidade financiar as suas atividades e satisfazer os seus passivos e compromissos;
- (iv) Posição financeira da entidade e suas alterações
- (v) Avaliar o desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência e cumprimentos dos objetivos em geral.

Os documentos de prestação de contas foram preparados e são apresentados de acordo com as disposições das Normas de Contabilidade Pública previstas no Sistema de Normalização Contabilístico para Administrações Públicas, SNC-AP, aprovado pelo Decreto Lei 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual.

4.1 – Demonstrações Orçamentais

O desenvolvimento da atividade do Município ao longo de um qualquer exercício económico, tem como âncora, as linhas estratégicas, os objetivos definidos e os projetos identificados como mais relevantes para a concretização dessa mesma estratégia, suportados por um quadro orçamental capaz de a financiar. O plano definido, tem tradução nos Documentos Previsionais sufragados pelos órgãos competentes, que conferem a responsabilidade ao Executivo Municipal de, em cada exercício económico, executar e concretizar as medidas aí previstas com a máxima eficácia, eficiência e economia.

Assim, tendo por enquadramento as linhas orientadoras definidas nos **Documentos Previsionais** aprovados para o exercício económico de 2024, o executivo municipal desenvolveu os procedimentos necessários à execução do Plano e Orçamento Municipal, assegurando a realização da despesa necessária ao cumprimento das suas atribuições e hierarquizando a implementação dos projetos de acordo com as opções entendidas por prioritárias, de forma alinhada com a cobrança de receita efetiva, garantindo deste modo a sustentabilidade das finanças municipais.

O conjunto de mapas de natureza orçamental que integram a composição dos **Documentos de Prestação de Contas** são os definidos na NCP 26, e têm por finalidade permitir analisar a dimensão da receita do exercício, a sua origem, a forma como foi aplicada, traduzida em investimento em bens de capital ou alocada a despesa corrente de funcionamento, seja em despesa estrutural fixa ou outra de natureza conjuntural.

A referida informação permite ainda, no que concerne às despesas de investimento, conhecer quais as funções municipais a que foram afetos mais recursos.

Ao longo do ano económico em avaliação, o Município de Trancoso liquidou um total de receita na ordem dos **20.606.238,53€**, a qual, após as correções geradas pelas anulações emitidas e pelo valor de reembolsos e restituições efetuados, se traduziu num total de **receita cobrada líquida** do período no valor de **20.574.632,76€**.

A partir da receita estimada, a qual foi sendo monitorizada e as suas previsões ajustadas ao longo do exercício, foi possível realizar a despesa associada à implementação das medidas definidas, as quais conduziram a um total de **despesa paga** no ano na ordem dos **16.535.525,25€**.

Neste contexto, a execução orçamental do exercício económico de 2024, permitiu gerar um **Saldo Orçamental para a Gerência Seguinte** no valor de **4.039.107,51 €**.

Quadro III

Execução Orçamental 2024

Unidade: euro

Tipo e Receita e Despesa	Previsão		Execução	
	Inicial	Corrigida	Valor	%
Receita Corrente	16.843.124	13.878.985	14.051.922	101,25%
Receita de Capital	6.084.038	5.695.451	3.347.406	58,77%
Saldo da Gerência Anterior	-	3.175.305	3.175.305	100,00%
Total de Receita	22.927.162	22.749.741	20.574.633	90,44%
Despesa Corrente	14.516.212	15.943.707	11.773.905	73,85%
Despesa de Capital	8.410.950	6.806.034	4.761.620	69,96%
Total de Despesa	22.927.162	22.749.741	16.535.525	72,68%
Saldo Orçamental para A Gerência Seguinte			4.039.108	

Nota: a taxa de execução foi calculada a partir das previsões corrigidas.

Deve salientar-se o muito bom desempenho constatado ao longo do ano no que à execução global da receita diz respeito, evidenciando a mesma uma taxa de execução superior a **90%**.

Já quanto à despesa, esta ficou um pouco aquém das estimativas realizadas, constatando-se que a sua execução global atingiu os **72,68%**, ainda assim, demonstrando um melhor desempenho do que o conseguido no ano de 2023, em que se atingiu apenas um rácio de 67,73% quando se compara o volume de despesas executadas e pagas relativamente às dotações corrigidas inscritas em orçamento.

A partir da análise da execução orçamental do período, constata-se também um crescimento significativo do nível geral de atividade, mantendo assim a linha de evolução observada ao longo dos exercícios anteriores.

Em 2024 assistiu-se a um crescimento significativo do valor absoluto das receitas líquidas cobradas, mas também do total de despesa executada.

O valor absoluto da **receita cobrada líquida** conheceu em 2024, um acréscimo na ordem dos **13,31%** relativamente ao total cobrado em 2023.

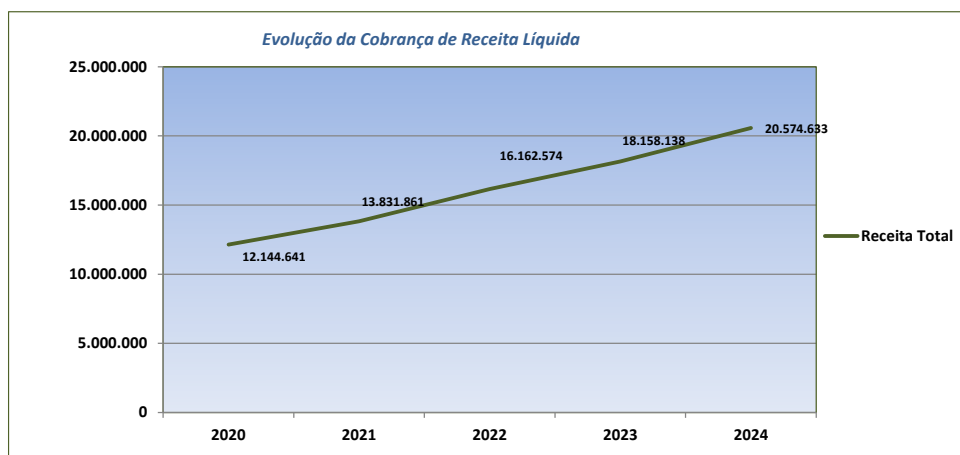
Quadro IV

Evolução da Cobrança de Receita Líquida

Unidade: Euro

	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente	9.010.190	9.558.330	10.890.116	12.091.756	14.051.922
Receita Capital	2.704.875	2.403.883	1.864.209	2.069.041	3.347.406
Saldo da Gerência Anterior	429.576	1.869.648	3.408.249	3.997.341	3.175.305
Total	12.144.641	13.831.861	16.162.574	18.158.138	20.574.633

Gráfico IV



Constata-se, pois, que ao longo dos últimos exercícios, o Município de Trancoso, tem vindo a conseguir manter uma evolução positiva consistente quanto ao nível de receita cobrada líquida, permitindo-lhe desta forma, financiar os seus projetos e ações.

Já quanto ao nível de **despesa executada**, este foi também, em termos absolutos, claramente superior ao verificado no ano económico de 2023, conhecendo uma taxa de crescimento na ordem dos **10,37%**.

Quadro V

Evolução da Despesas Paga

Unidade: Euro

	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente	6.721.329	6.978.534	9.414.152	11.740.159	11.774.905
Despesa Capital	3.553.664	3.445.079	2.751.082	3.242.674	4.761.620
Total	10.274.993	10.423.613	12.165.233	14.982.834	16.536.525

Gráfico V

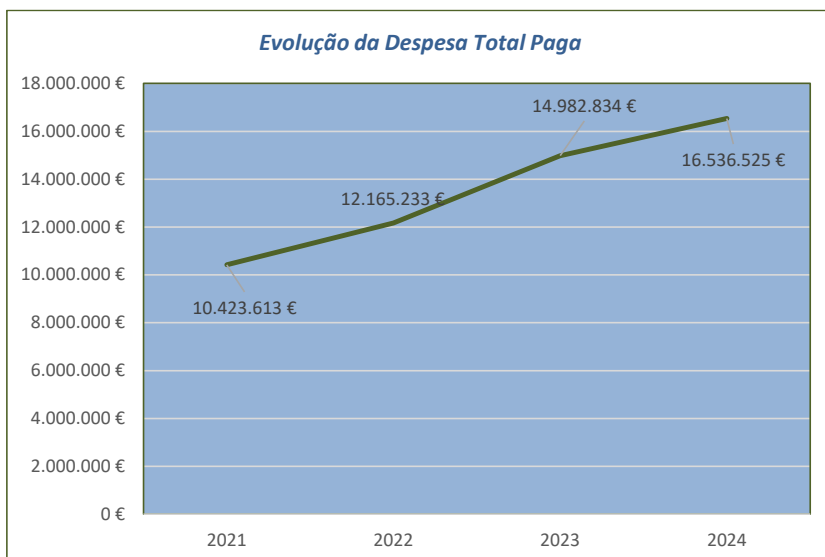
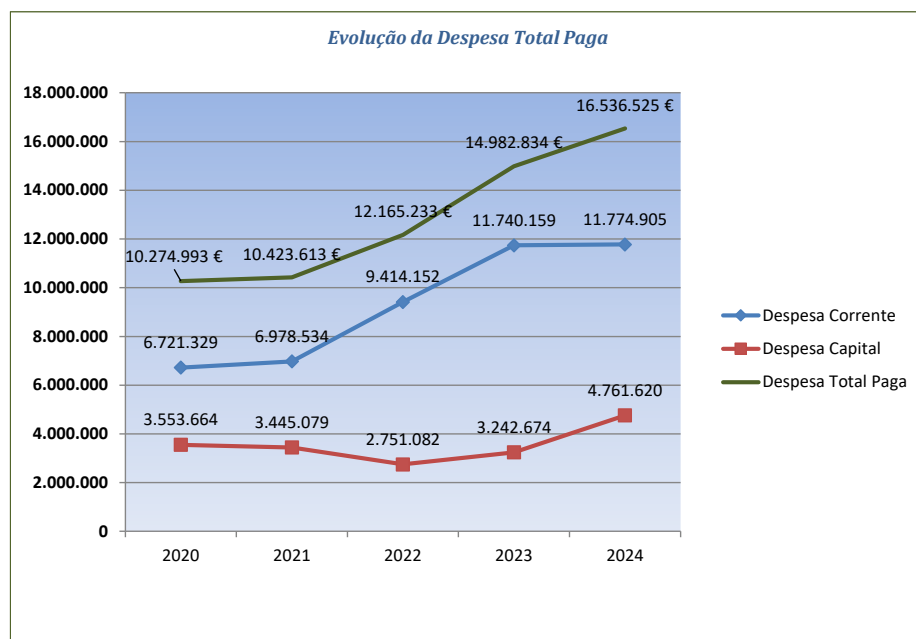


Gráfico VI



Da análise retira-se a conclusão que, também do lado da despesa, a evolução tem sido de crescimento.

No entanto, a variação positiva conhecida na liquidação e cobrança de receita foi mais expressiva do que o crescimento ocorrido do lado da execução de despesa: 13,31% e 10,37%, respetivamente, conduzindo a que tenha sido possível apurar um Saldo de Gerência para o ano seguinte um pouco mais expressivo.

Quanto à origem do crescimento do valor da receita cobrada líquida, constata-se que o mesmo resultou de uma contribuição positiva quer no total das **receitas correntes**, quer no total da **receita de capital** cobrada, sendo que, neste exercício, foram as **receitas de capital** aquelas que conheceram uma variação positiva em termos relativos mais expressiva, próxima dos **62%**.

Ainda assim, e apesar de terem sido as **receitas de capital** a apresentar um crescimento exponencial relativamente à receita arrecadada em 2023, foram, no entanto, as **receitas correntes** aquelas que, em termos absolutos, mais aumentaram, tendo conhecido um crescimento na ordem dos **1.960.165,54 euros**, o que representou um crescimento relativo superior a **16%**.

Quadro VI

Composição da Receita

Unidade: Euros

Estrutura da Receita	2024
Receita Corrente	14.051.922
Receita Capital	3.347.406
Saldo da Gerência Anterior	3.175.305
Total	20.574.633

Gráfico VII

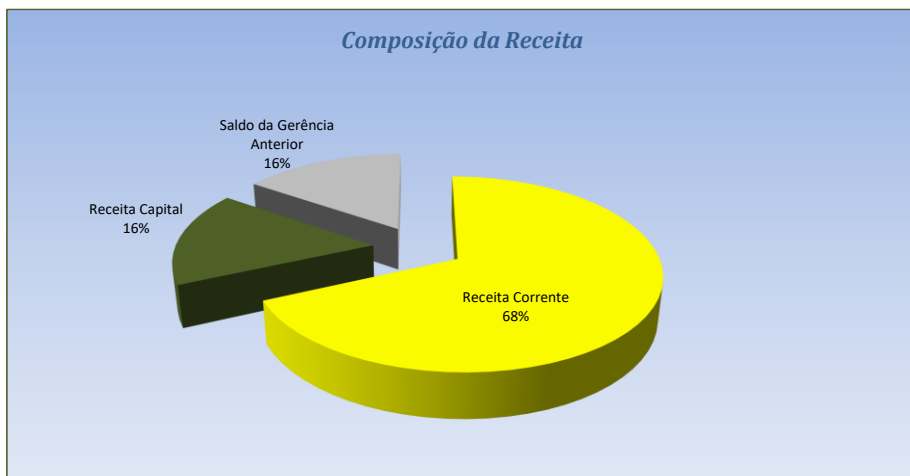
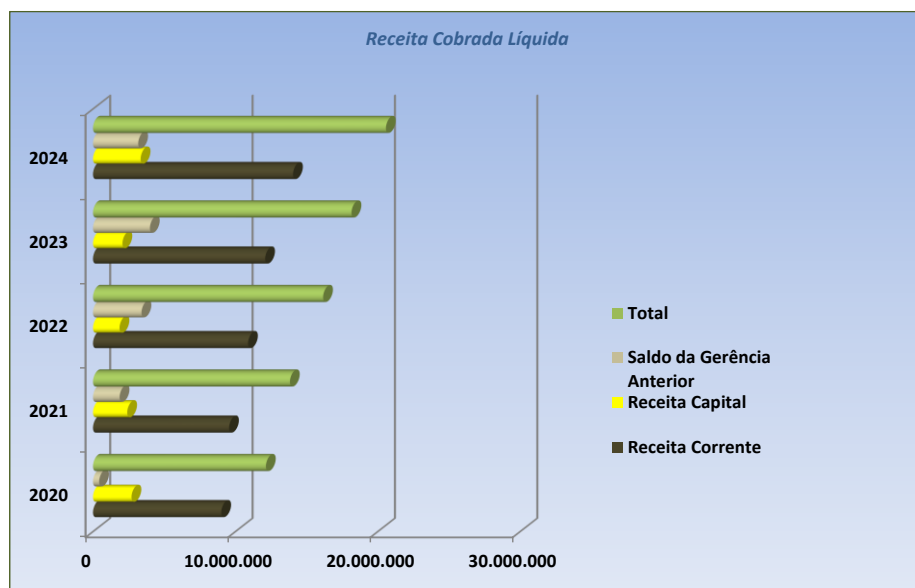


Gráfico VIII



Quanto às rubricas e ao contributo de cada uma delas para o total de receita cobrada pelo Município de Trancoso ao longo do exercício em análise, concluiu-se que praticamente todas as rubricas de receita conheceram uma variação de sentido positivo, conduzindo assim ao apuramento um nível de receita global mais expressivo do que o verificado no final do exercício de 2023. De facto, com exceção das rubricas de **Venda de Bens de Investimento e Outras Receitas de Capital**, as quais têm, aliás, uma reduzida expressão no conjunto das receitas cobradas, todas as restantes revelaram um aumento da receita cobrada relativamente a exercícios anteriores.

O crescimento exponencial das receitas arrecadadas com **Passivos Financeiros**, resultou da utilização parcial ainda em 2024, do empréstimo contratado durante este exercício junto do BPI, SA, tendo por objetivo dotar a autarquia de condições financeiras para assegurar o atempado cumprimento das suas responsabilidades no pagamento de autos relativos à execução de empreitadas de requalificação da rede viária municipal.

Por sua vez, a taxa de crescimento observada na rubrica de receita de **Vendas e Prestações de Serviços**, merece também ser destacada, dado que ficou muito próxima dos 70%. Importa aqui fazer referência ao facto de a presente análise ser baseada numa ótica orçamental de caixa, pelo que, este facto resulta, em grande medida, de cobranças efetuadas no período, e não tem correspondência direta com rendimentos gerados nesse mesmo período. Na verdade, esta circunstância espelha a cobrança de rendimentos do Município gerados em exercícios anteriores, referentes, sobretudo, a tarifas de RSU's. Estas tarifas, cobradas na fatura da água aos munícipes ao longo de vários exercícios, foram retidas pela entidade Águas da Teja, SA na sua esfera, devido aos diferendos existentes entre as duas entidades quanto ao processo de renegociação do contrato de concessão. Assim, e após serem ultrapassadas as referidas divergências e estabelecido o novo aditamento ao contrato, a concessionária foi regularizando ao longo de 2024, a entrega das receitas referentes a exercícios já encerrados.

Apesar de não apresentarem uma taxa de crescimento tão significativa, não pode deixar de se fazer referência ao crescimento do valor cobrado referente a **Transferências Correntes**, as quais aumentaram cerca de 13,32% e que continua a ser o agregado com maior peso na composição da receita anual do Município de Trancoso. Em 2024 estas receitas representam 52,42% do total de receitas cobradas.

Pela sua importância no total da receita, merece ainda destaque o crescimento verificado nas receitas cobradas com **Impostos Directos**, que aumentaram mais de 14%, e até mesmo das **Transferências de Capital**, as quais conheceram um significativo aumento, superior a 46%, decorrentes, essencialmente, da cobrança de valores relativos a subsídios ao investimento.

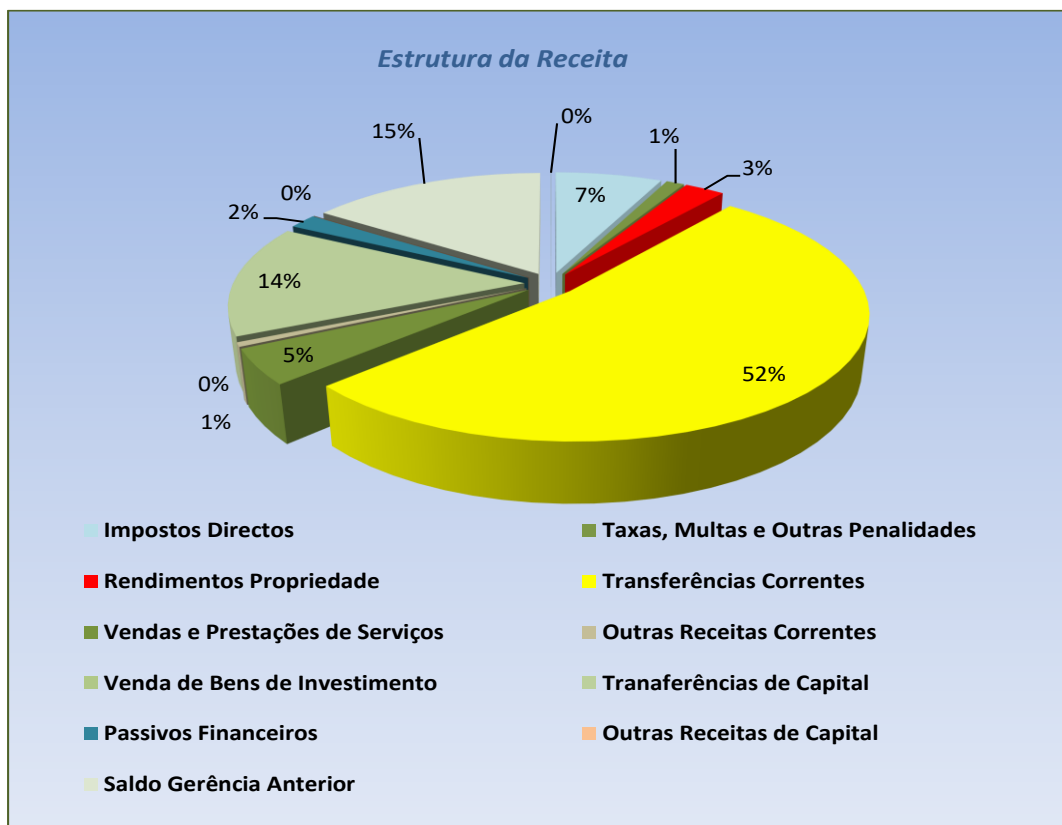
Quadro VII

Estrutura da Receita

Unidade: Euro

Rubricas de Receita	2023	2024	Peso Relativo	Tx. Cresc.
Impostos Directos	1.257.573	1.439.174	6,99%	14,44%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	232.738	243.872	1,19%	4,78%
Rendimentos Propriedade	495.954	536.741	2,61%	8,22%
Transferências Correntes	9.516.527	10.784.204	52,42%	13,32%
Vendas e Prestações de Serviços	552.066	933.860	4,54%	69,16%
Outras Receitas Correntes	36.898	114.071	0,55%	209,15%
Venda de Bens de Investimento	10.479	0	0,00%	-100,00%
Transferências de Capital	2.021.272	2.961.547	14,39%	46,52%
Passivos Financeiros	36.320	385.635	1,87%	961,77%
Outras Receitas de Capital	970	223	0,00%	-77,00%
Saldo Gestão Anterior	3.997.341	3.175.305	15,43%	-20,56%
Total	18.158.138	20.574.633	100,00%	13,31%

Gráfico IX



Já no que concerne às despesas realizadas, são também as de natureza **corrente** aquelas que consumiram mais recursos, sendo que representaram **71%** do tal da despesa paga ao longo do ano de 2024.

Quadro VIII

Composição da Despesa

Unidade: Euros

	2023	2024
Despesa Corrente	11.740.159	11.773.905
Despesa Capital	3.242.674	4.761.620
Total	14.982.834	16.535.525

Gráfico X

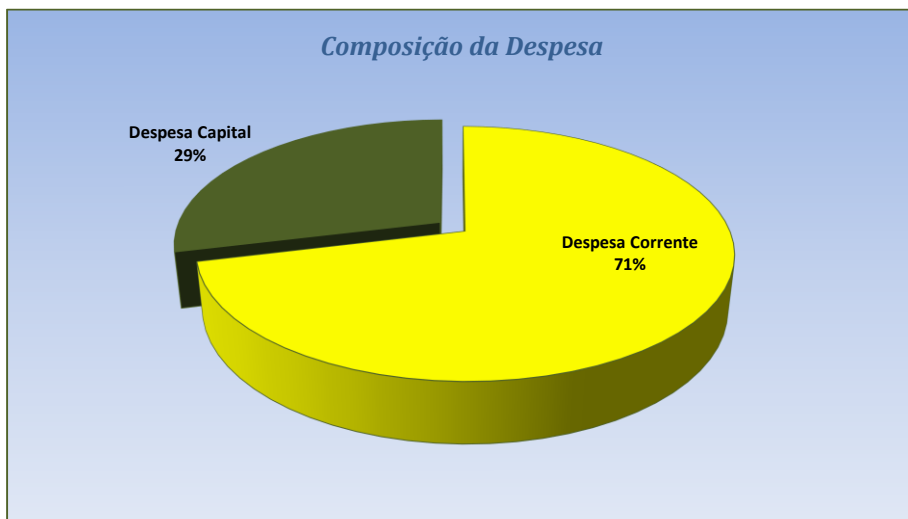
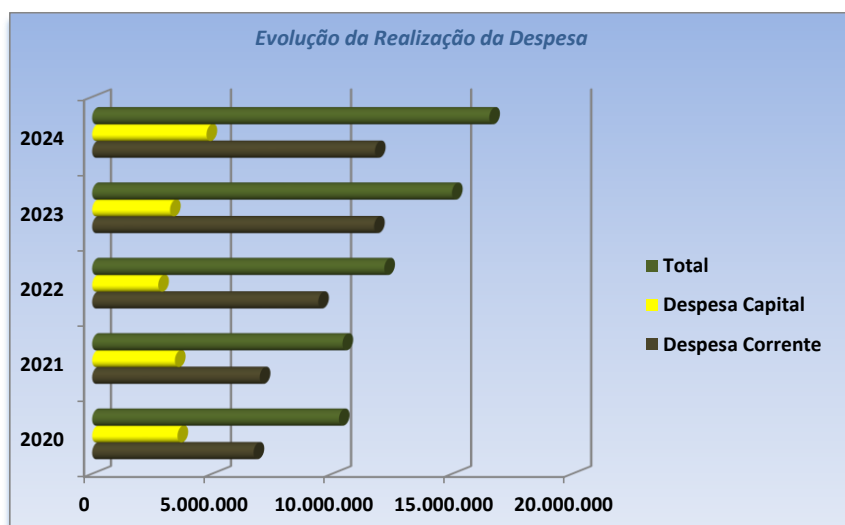


Gráfico XI



Quanto às rubricas com peso mais expressivo no conjunto das despesas realizadas, destacam-se as **despesas com pessoal** e as **aquisições de bens e serviços**, que em conjunto representaram **63,04%** do total pago. Refira-se, no entanto, que em 2024 o conjunto destas despesas correntes viu diminuir a sua expressão no total da despesa paga.

Destaca-se ainda como sendo um bom indicador, o facto as despesas com pessoal, ainda que tendo conhecido um aumento em termos absolutos, como já explicado em ponto anterior deste relatório, mas, no entanto, terem visto a sua expressão no valor total da despesa contrair-se. De facto, em 2023 representavam 36,57% da despesa total, e em 2024 esse peso diminuiu para 35,35%.

Quadro IX

Estrutura da Despesa

Unidade: euro

Rubricas de Despesa	2023	2024	Peso Relativo	Tx. Cresc.
Despesas com Pessoal	5.478.900	5.845.854	35,35%	6,70%
Aquisição de Bens e Serviços	4.954.580	4.578.678	27,69%	-7,59%
Juros e Outros Encargos	155.899	177.687	1,07%	13,98%
Transferências Correntes	931.467	996.334	6,03%	6,96%
Subsídios	0	0	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	219.313	175.353	1,06%	-20,04%
Aquisição de Bens de Capital	2.301.331	3.681.088	22,26%	59,95%
Transferências de Capital	427.830	554.730	3,35%	29,66%
Ativos Financeiros	0	1.000	0,01%	0,00%
Passivos Financeiros	513.513	524.802	3,17%	2,20%
Outras Despesas de Capital	0	0	0,00%	0,00%
Total de Despesa	14.982.834	16.535.525	100,00%	10,36%

Outra alteração observada na estrutura da despesa a merecer destaque, prende-se com a redução significativa do valor total das despesas com **aquisições de bens e serviços**, as quais conheceram uma redução em termos absolutos na ordem dos 375.903 euros, espelhando uma diminuição na ordem dos 7,5% relativamente a 2023.

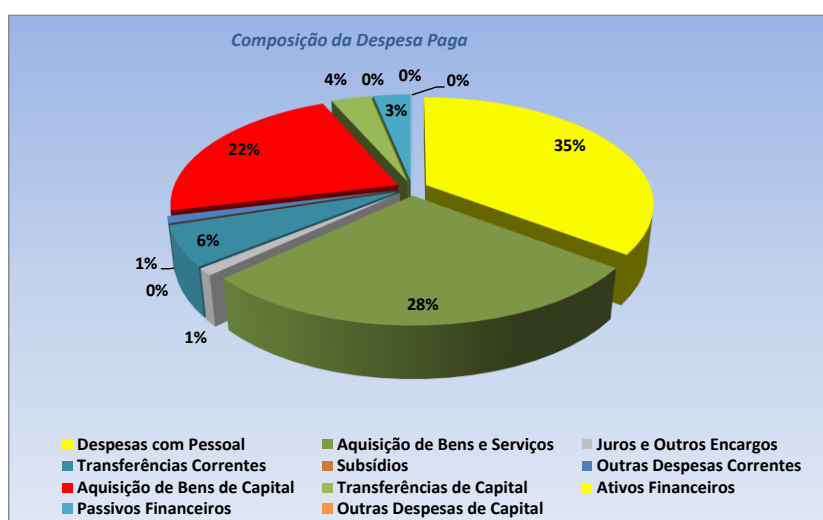
Ainda no que toca a despesa correntes, refere-se que o crescimento da despesa **com juros e outros encargos**, resultou do facto de no decurso do ano de 2024 terem sido contraídos

novos empréstimos, tendo aqui particular relevo pelo seu contributo para o crescimento desta tipologia de despesa, a operação de financiamento destinada a reestruturar a dívida da PACETEG, SA, no valor de 6.700.000,00 euros, transferida para a esfera de responsabilidades do Município nos termo do acordo estabelecido com a CGD após obtenção de visto concedido ao processo submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, no âmbito do disposto no artigo 167º da lei 82/2023, de 29 de dezembro, Lei de OE para 2024. Obviamente, devido ao elevado montante do capital em dívida, esta operação onerou já em 2024, o total de encargos pagos com juros de operações da dívida pública.

Mas o facto merecedor de maior ênfase relativamente às opções de afetação de recursos na realização de despesa pública, prende-se com a circunstância de em 2024, as despesas direcionadas à aquisição de bens de investimento terem conhecido um crescimento de cerca de 60% e, em consequência, estas terem adquirido um maior peso no conjunto total de despesa do ano.

Registe-se ainda o facto de os valores pagos a título de **transferência de capital** terem também conhecido um aumento mais significativo do que as transferências destinadas à realização de despesa corrente, em consequência, sobretudo, de um maior volume de transferências destinadas ao apoio à realização de despesa de capital por parte de outros níveis da administração local, nomeadamente, as Juntas de Freguesia.

Gráfico XII



Já quanto ao **Saldo Orçamental da Gerência Anterior**, transitado do exercício de 2023, no montante de **3.175.305** euros, o mesmo foi incorporado no orçamento do ano, por proposta da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada em 22/02/2024, conforme previsto no disposto no art.º 77º, da Lei 82/2023, de 29 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2024

Em relação ao **Saldo Orçamental para a Gerência Seguinte**, o valor apurado a 31 de dezembro de 2024 assume uma expressão próxima dos **4.039.108** euros. Deste valor global, **357.733,23 euros** estavam consignados à realização de projetos específicos, uma vez que se destinam ao financiamento de despesa aprovada no âmbito de programas de financiamento, nomeadamente, no quadro de execução do PRR, estando o restante na posse dos serviços sem consignação prévia a qualquer despesa específica.

Em síntese, o ano de 2024 ficou marcado por um crescimento significativo das receitas cobradas, que em termos absolutos ultrapassou os **2.416.494 euros**, representando um aumento em termos homólogos na ordem dos **13,31%**. Já quanto ao volume de despesa realizada e paga, atingiu os **16.536.525 euros**, traduzindo assim um acréscimo de **1.553.692 euros** em valores absolutos, o qual corresponde a um aumento de **10,37%** em termos relativos, quando comparado com o montante de despesa paga no exercício de 2023.

Da execução orçamental referida, apurou-se um **Saldo para a Gerência Seguinte** no valor global de **4.469.834 euros**, do qual **4.039.108 euros com relevância orçamental**, correspondendo os restantes **430.726 euros** a operações de tesouraria.

4.2 - Análise da Execução das Grandes Opções do Plano

As **Grandes Opções do Plano** agregam não só as políticas de investimento definidas para o Município, inscritas no **PPI** (Plano Plurianual de Investimento), mas também as transferências de capital no âmbito da realização de atividades ou funções consideradas críticas para assegurar as necessidades de desenvolvimento do concelho, ou ainda os projetos de natureza corrente considerados de relevante interesse para a autarquia, os quais se encontram refletidos nas **Atividades Mais Relevantes**.

Assim, a execução dos projetos previstos no **PPI** e nas **Atividades Mais Relevantes** inscritos nos documentos previsionais, permitem identificar quais as grandes áreas funcionais relativamente às quais o Executivo Municipal considerou ser prioritário intervir, de forma a assegurar da forma eficaz e eficiente, o suprimento das necessidades identificadas no território.

No âmbito das Grandes Opções do Plano e durante o exercício de 2024, verificou-se um valor global de despesa executada na ordem dos **6.075.369 euros**, representando estas cerca de **37%** do total das despesas realizadas no ano.

Quadro X

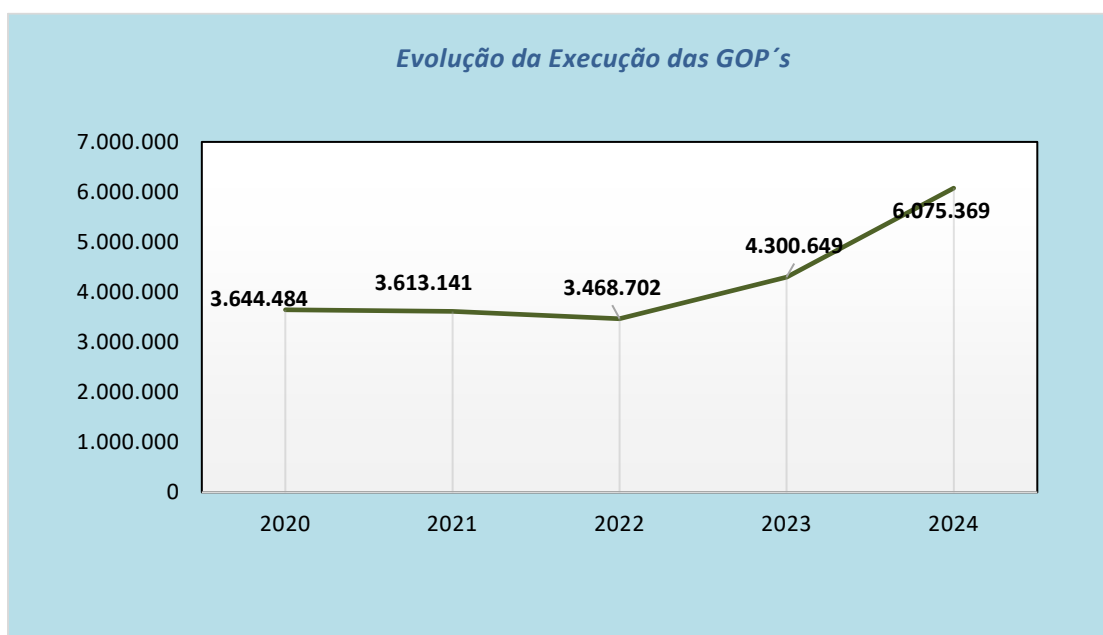
Evolução da Execução das GOP's

Unidade: euro

	2020	2021	2022	2023	2024
Funções Gerais	100.538 €	292.364 €	320.085 €	223.715 €	1.557.349 €
Funções Sociais	1.133.264 €	927.265 €	1.307.414 €	2.255.067 €	2.106.617 €
Funções Económicas	1.644.601 €	1.422.755 €	997.354 €	1.027.322 €	1.337.356 €
Outras Funções	766.081 €	970.758 €	843.849 €	794.545 €	1.074.047 €
Total	3.644.484 €	3.613.141 €	3.468.702 €	4.300.649 €	6.075.369 €

A partir dos valores apresentados, constata-se que 2024 manteve a tendência registada já no ano anterior, em que o valor das despesas entendidas como estruturantes e mais relevantes para o desenvolvimento da estratégia definida, mantiveram uma trajetória ascendente, tendo um cada vez maior peso no total das despesas realizadas e paga no exercício. Assim, assistiu-se a um crescimento próximo dos **41,27%** na realização de despesa prevista no âmbito das GOP's, a qual corresponde a um aumento, em termos de valor absoluto, superior a **1.774.720 euros**.

Gráfico XIII



Esta alteração quanto à decisão de afetação de recursos entre despesa de natureza corrente ou, em alternativa, alocar um cada vez maior volume de meios na execução de investimento estruturante, demonstra uma maior capacidade do Município para investir na aquisição ou criação de bens duradouros, como infraestruturas, equipamentos ou imobilizado, que gerarão benefícios a longo prazo.

Ainda assim, constata-se que do valor global executado em GOP's, apenas **3.681.088 euros** corresponderam efetivamente a despesa direta de **investimento**, sendo que os restantes **2.394.281 euros** foram alocados à execução de projetos inscritos no âmbito das **Atividades Mais Relevantes do Município**.

No conjunto de despesa incluída no âmbito das Atividades Mais Relevantes (AMR), engloba-se o valor pago no exercício relativo às **Operações da Dívida Pública**, referentes à amortização de capital do serviço de dívida das operações de financiamento de M/L prazo, no montante próximo dos **524.802 euros**, ou seja, **22%** do total de despesa alocada às AMR ao longo do ano de 2024.

Quadro XI

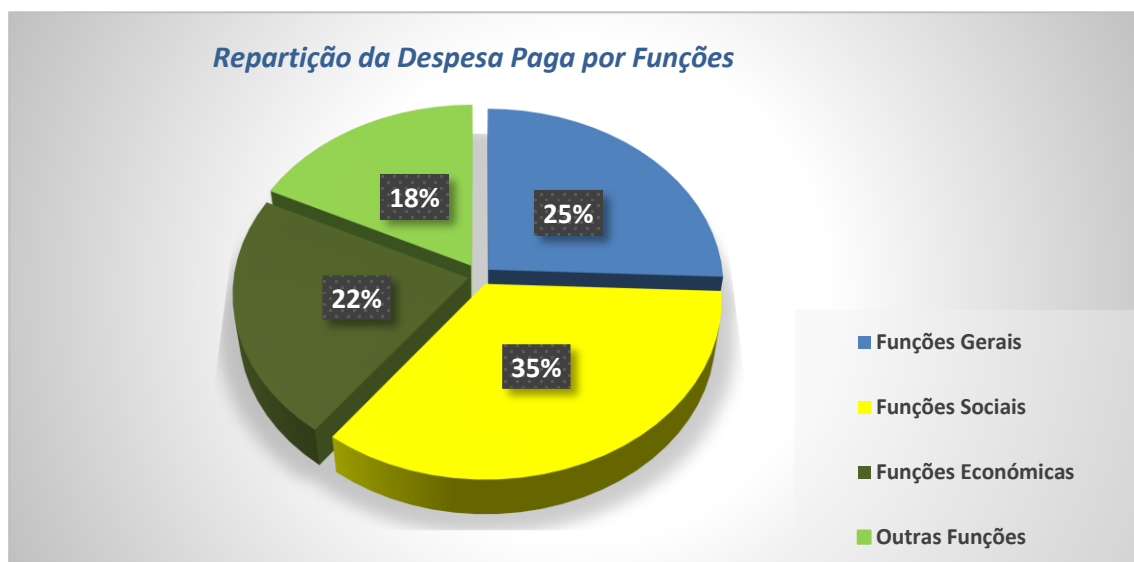
Repartição de Despesa Paga por Funções

Unidade: euro

	2023	2024	Peso Relativo	Tx. Cresc.
Funções Gerais	223.715 €	1.557.349 €	25,63%	596,13%
Funções Sociais	2.255.067 €	2.106.617 €	34,67%	-6,58%
Funções Económicas	1.027.322 €	1.337.356 €	22,01%	30,18%
Outras Funções	794.545 €	1.074.047 €	17,68%	35,18%
Total	4.300.649	6.075.369	100,00%	41,27%
				41,27%

Constata-se ainda que no decurso de 2024, foram novamente as **Funções Sociais** aquelas a que, indiscutivelmente, se alocou um maior volume de despesa, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, quando analisados no conjunto das despesas executadas no âmbito das GOP's, recolhendo cerca de **35%** dos pagamentos totais realizados no ano.

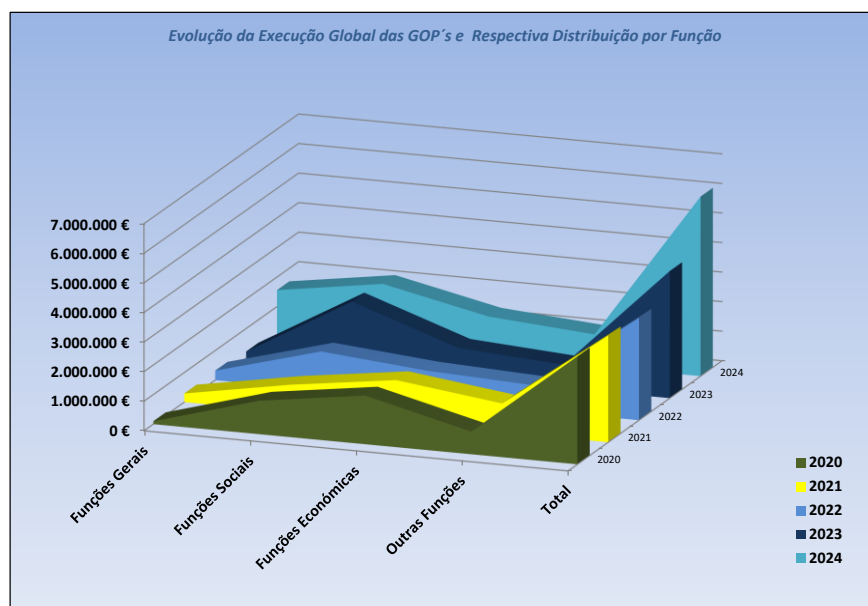
Gráfico XIV



Dentro das Funções Sociais, são as atividades relacionadas com a área do **Desporto, Recreio e Lazer** e também da **Cultura**, as que se destacam com um maior volume de despesa associada, representando, respetivamente, 19,15% e 8,02%, do total executado no exercício.

Já as **Funções Económicas**, registaram em 2024 um total de despesa paga no montante de **1.337.356 euros**, conhecendo também um crescimento dos recursos alocados à sua execução.

Gráfico XV



4.3 – Demonstrações Financeiras

Considerando que o Poder Público é o agente do bem comum, cabendo-lhe satisfazer as necessidades coletivas, por via da utilização de recursos na realização da despesa em bens e serviços para o consumo/utilização pública, este Poder Público constitui-se assim, como o guardião e fiel depositário desses recursos, com vista à obtenção do bem comum.

Este contexto, em que as entidades da esfera das administrações públicas gerem recursos também eles públicos e comuns, cuja administração lhes é confiada e dos quais são meros gestores, obriga a um cuidado especial quanto à informação prestada sobre a forma como esses recursos vão sendo aplicados em cada exercício económico. A finalidade do processo de prestação de contas é, afinal, a de permitir aos interessados, o mero cidadão também ele titular de parte desses recursos, concluir pelo cumprimento de resultados propostos e do nível de eficácia, eficiência e economia obtida nas opções de gestão tomadas.

Com o intuito de atingir tais objetivos, foram desenvolvidas normas em que se estabelece o conjunto de regras a obedecer na elaboração do processo de prestação de contas, sendo que a Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) determina sobre a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras elaboradas no âmbito do referencial contabilístico em vigor.

Preconiza a norma, que os objetivos primordiais das demonstrações financeiras são o de proporcionar informação financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade, permitindo assim que um vasto conjunto de utilizadores possam tomar decisões quanto à validação das políticas públicas.

Assim, estes documentos devem proporcionar informação de forma clara sobre ativos, passivos, património líquido e fluxos de caixa, complementada por informação não

financeira que permita a correta e integral avaliação da gestão desses recursos ao longo do período de relato.

A 31 de dezembro de 2024, o **Total do Ativo** do Município de Trancoso ascendia ao montante de **53.482.292,78 euros**, refletindo uma variação positiva e expressiva relativamente ao total do **Ativo Líquido** reconhecido no encerramento do exercício de 2023.

Para este resultado, contribuíram, essencialmente, o crescimento do valor do **Ativo não Corrente** e o valor apurado de **Caixa e Depósitos** existente no final do exercício. O aumento deste agregado do **Ativo Corrente**, que espelha o valor do **Saldo para a Gerência Seguinte**, conheceu um aumento na ordem dos **937.009,21 euros**, o que constitui uma melhoria significativa na capacidade de o Município fazer face a obrigações no muito curto prazo.

No entanto, o contributo mais significativo para o crescimento do total do **Ativo Líquido**, partiu do valor inscrito no **Ativo não Corrente**, mais precisamente no total reconhecido no balanço do Município no valor dos seus **Ativos Fixos Tangíveis**.

Ficou já evidenciado que 2024 viu crescer de forma significativa o valor da despesa de investimento em bens duradouros, não só em termos absolutos, mas também assumindo este uma maior expressão relativa no total de despesa realizada no exercício. Essa mesma realidade teve, evidentemente, reflexo no valor dos **Ativos não Correntes** reconhecidos e inventariados.

Mas, a circunstância que contribui decisivamente para o aumento exponencial verificado no total dos **Ativos Fixos Tangíveis**, decorreu da integração e registo no inventário e património municipal, dos imóveis anteriormente pertencentes à rede escolar, e que por força da descentralização de competências da área da educação, passaram para a esfera

municipal, a saber, a Escola BI 2º e 3º Ciclos de Trancoso, a Escola BI 2º e 3º Ciclos de Vila Franca das Naves e a Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra.

Como tinha sido esclarecido em exercícios anteriores, a integração na esfera municipal de todos os bens, móveis e imóveis, decorrentes da concretização das políticas de descentralização previstas na Lei 50/2018, de 16 de agosto, concretizadas pelas disposições previstas no Decreto Lei nº. 21/2019, de 30 de janeiro, foi sendo preparadas e executadas, tendo em atenção as normas contabilísticas em vigor. Assim, se tinha já sido possível incorporar no inventário do Município de Trancoso todos os bens móveis associados à implementação da referida disposição legislativa, o mesmo não foi possível concretizar relativamente aos bens imóveis, na medida em que, a inexistência de qualquer elemento junto do Ministério da Educação relativamente aos bens em causa, conduziu a um processo tecnicamente complexo e moroso, de forma a garantir o cumprimento das normas associadas ao reconhecimento e inventariação destes bens.

Desta forma, após a concretização de todo o trabalho de levantamentos topográficos, apuramento de áreas, desenho, etc, foi finalmente possível fazer a participação à matriz dos referidos imóveis, permitindo assim a avaliação por parte da autoridade tributária e a definição e comunicação ao Município do respetivo Valor Patrimonial Tributário (VPT). Após esta fase, foi solicitado o registo dos imóveis junto da Conservatória do Registo Predial, ficando depois completo o processo administrativo que permitiu o tratamento contabilístico e o respetivo registo e reconhecimento no património da autarquia.

De acordo com as Normas de Contabilidade Pública, nomeadamente as disposições que versam sobre os bens **Ativos Fixos Tangíveis**, NCP5, os referidos imóveis foram reconhecidos contabilisticamente e inventariados pelo seu Valor Patrimonial Tributário, o que se traduziu num acréscimo do valor registado no total do Ativos Fixos Tangíveis de **4.231.390 euros**.

Ainda assim, e considerando a expressão do crescimento verificado no total líquido do **Ativo não Corrente** inscrito no balanço do Município à data de 31 de dezembro de 2024, pode concluir-se que o montante de despesa em investimento realizado ao longo do ano em análise, permitiu, conjuntamente com o montante registado em resultado do reconhecimento dos referidos bens imóveis, não só compensar o valor das depreciações

registadas no exercício, como também acrescer ainda um valor líquido ao ativo municipal na ordem dos 1.161.323 euros.

Atendendo a que o impacto das depreciações dos bens, correspondentes ao desgaste incorporado em cada período contabilístico em razão da sua utilização, impõe que o valor de realização de investimento anual ultrapasse o valor das depreciações e amortizações registadas no período, tal circunstância constitui em cada ano económico, um desafio à capacidade de investimento, de forma a permitir atingir variações de sinal positivo.

Aliás, considerando as vidas úteis previstas para os diversos bens do ativo fixo no normativo SNC-AP, impõe-se agora, no âmbito do atual referencial contabilístico em vigor, um volume de investimento anual cada vez maior, por forma a conseguir anular a redução de valor decorrente do apuramento das depreciações do exercício, dada a sua mais rápida depreciação, em razão de vidas úteis mais reduzidas introduzidas pelo normativo SNC-AP.

Já quanto à evolução conhecida no valor do **Património Líquido** do Município, este foi também ele afetado na mesma ordem de grandeza pelo reconhecimento dos imóveis transferidos para a titularidade da autarquia, sendo, portanto expectável, dada a materialidade do valor em causa, que, este tivesse conhecido uma variação de sentido positivo. No entanto, constata-se que no final de 2024 o total do **Património Líquido** do Município de Trancoso registou um decréscimo na ordem dos 625.652 euros.

A razão deste facto decorre de outra circunstância de carácter excecional e de grande impacto para a autarquia.

De facto, 2024 ficou marcado pela decisão dos órgãos municipais quanto à dissolução e liquidação da entidade PACETEG, SA.

Todo o processo, iniciado já em 2023, em que foram tomadas as deliberações relativas à aquisição da totalidade das participações sociais da PACETE, SA, tendo por objetivo a internalização da respetiva atividade na esfera do Município e posterior liquidação e dissolução da mesma, deliberações estas entretanto submetidas a fiscalização prévia e

objeto de decisão favorável por parte do Tribunal de Contas, avançou em 2024, com a concretização da aquisição dos 51% do capital ainda propriedade dos parceiros privados.

Posteriormente, detendo já o Município 100% do capital da sociedade, foi deliberado por parte dos órgãos municipais competentes, fazer evoluir o processo no sentido da respetiva dissolução e liquidação, decisões suportadas num Plano de Internalização e em estudos económico-financeiros que demonstravam a viabilidade e interesse para o Município das referidas decisões.

Este Plano de Internalização da Atividade da PACETEG, SA na esfera do Município, ao qual se encontrava associado um Contrato de Reestruturação da Dívida da referida entidade, no valor de 6.7000.000,00 euros, foi, entretanto, também ele submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, tendo sido objeto de decisão favorável de visto em 25 de outubro de 2024.

Toda esta operação, suportada nas disposições legais previstas no artigo 167º da LOE de 2024, Lei nº. 82/2023, de 29 de dezembro, e devidamente fiscalizadas e visadas pelo Tribunal de Contas, permitiram, finalmente, dar início à resolução do impasse existente relativamente à situação da PACETEG, SA, das respetivas dívidas, nomeadamente junto da Caixa Geral de Depósitos, SA, e estabelecer as bases do acordo que permitiram solucionar e dar por findas as ações judiciais contra a entidade e em que o Município estava também demandado, as quais tinham um desfecho absolutamente incerto, sendo impossível constituir uma expectativa fundada, com qualquer base de certeza, quanto às eventuais responsabilidades e obrigações em que o município poderia vir a incorrer.

Neste contexto, e decorrente da aprovação do Tribunal de Contas relativamente à operação referenciada, foi assumida e reconhecida contabilisticamente na esfera do Município em 2024, a dívida renegociada com a Caixa Geral de Depósitos, no montante de 6.700.000,00 euros, a qual será paga ao longo de 20 anos.

Este reconhecimento foi, naturalmente, absolutamente impactante no total do **Património Líquido** do Município de Trancoso registado a 31 de dezembro de 2024, anulando e

revertendo o efeito positivo decorrente do registo do valor dos edifícios escolares transferidos para o património municipal.

Para o total do **Património Líquido** registado no final do exercício, concorreram ainda o valor contabilizado nos saldos das contas relativas a **Outras Variações do Património Líquido**, mais concretamente, o contributo dos valores registados referentes às **Transferências de Capital** realizadas a favor do Município, e, não menos importante, o valor positivo apurado quanto ao **Resultado Líquido do Exercício**, no montante de **861.419,77 euros**.

Relativamente ao **Total do Passivo**, este denota, necessariamente, um aumento significativo decorrente, entre outros fatores, do impacto da contratação da operação de financiamento atrás referida, associada ao acordo de reestruturação da dívida da PACETEG, SA, à internalização da sua atividade e posterior dissolução e liquidação, facto que só por si aportou ao **Passivo não Corrente** um valor de 6.700.000,00 euros.

No entanto, o exercício de 2024 ficou também marcado pela contratação junto do BPI, de outra operação de crédito de M/L prazo, tendo por objetivo o financiamento de empreitadas de requalificação da rede viária municipal, facto também relevante para o valor final apurado quanto ao total do **Passivo não Corrente**.

O valor apurado relativo ao **Passivo não Corrente** à data de 31 de dezembro de 2024, espelha ainda o impacto decorrente da reversão expressiva de valor relativo às provisões constituídas para garantir eventuais responsabilidades em que o Município viesse a incorrer em resultado do desfecho dos vários processos judiciais que corriam termos em diversos Tribunais. Considerando que no decurso do exercício em análise transitaram em julgado praticamente todas as decisões e acordos estabelecidos, procedeu-se no período à liquidação das obrigações resultantes dessas decisões e acordos.

Desta forma, permaneciam no final do exercício apenas dois processos judiciais de valor meramente residual, estando reunidas as condições para prócer à reversão da respetiva provisão anteriormente constituída para este fim.

Já quanto ao valor provisionado referente a **Outros Riscos e Encargos**, o mesmo foi reforçado na medida da estimativa de obrigações a liquidar em 2025, relativas a gastos com contratos de fornecimentos e serviços externos ocorridos no exercício de 2024, relativamente aos quais não é conhecido o valor exato dos consumos executados no ano económico, uma vez que os mesmos não foram devidamente faturados até ao final do fecho de contas do exercício.

Quanto ao valor total do **Passivo Corrente**, evidencia também um aumento com alguma expressão.

Esta circunstância decorre não só do aumento do valor das responsabilidades a liquidar no curto prazo relativas ao serviço de dívida das operações de financiamento de M/L prazo, mas, sobretudo, pelo aumento verificado no final do ano relativo ao valor das obrigações a solver pelo Município a terceiros, nomeadamente junto dos fornecedores de bens e serviços da autarquia.

Deve, no entanto, referir-se, que este aumento do valor dos saldos de fornecedores e contas a pagar a terceiros, não resultam de dificuldades de tesouraria, mas antes do volume de despesa realizada e faturada na reta final do exercício de 2024.

Este crescente nível de atividade do Município é aliás confirmado pelos valores totais registados de rendimentos e gastos apurados no exercício de 2024.

Mas, mais do que registar um nível mais elevado de atividade, marcado por rendimentos e gastos superiores aos verificados em exercícios anteriores, os resultados de 2024 evidenciam um melhor desempenho no desenvolvimento dessa atividade e na afetação de recursos, refletidos num **Resultado Líquido do Exercício de 861.419,77 euros**.

Para este resultado apurado, contribuiu, decisivamente, o aumento dos rendimentos diretos da atividade no período, os quais cresceram cerca de **2.189.476 euros**, ou seja, **16%** mais do que em período homólogo de 2023. Também os rendimentos provenientes de juros conheceram um crescimento significativo, sendo que, no entanto, estes têm um impacto pouco expressivo no total de rendimentos do exercício.

Este acréscimo de **rendimentos** observado, foi impulsionado não só pelo maior volume de rendimentos obtidos resultantes da **Venda de Bens e Prestações de Serviços**, os quais cresceram cerca de 4%, mas, sobretudo, pelo aumento verificado nas receitas cobradas relativas a **Impostos e Taxas** e também do volume de **Transferências** arrecadadas, ambas com um crescimento na ordem dos **15%**.

Já quanto aos **gastos e perdas** do período, conheceram também uma evolução crescente, ainda que muito mais moderada.

De facto, os gastos diretos de atividade aumentaram cerca de **4,93%** relativamente a 2023, sendo que **os gastos totais** do exercício, ou seja, os gastos diretos da atividade corrigidos pelo valor das depreciações e amortizações ocorridas no ano e pelos gastos de financiamento, juros e gastos similares, conheceram um crescimento global de pouco mais de **4%**. Assim, o aumento evidenciado, em termos absolutos, relativamente ao total dos **gastos** incorridos no exercício para o desenvolvimento das competências e atribuições do Município, teve uma expressão na ordem dos **595.325 euros**.

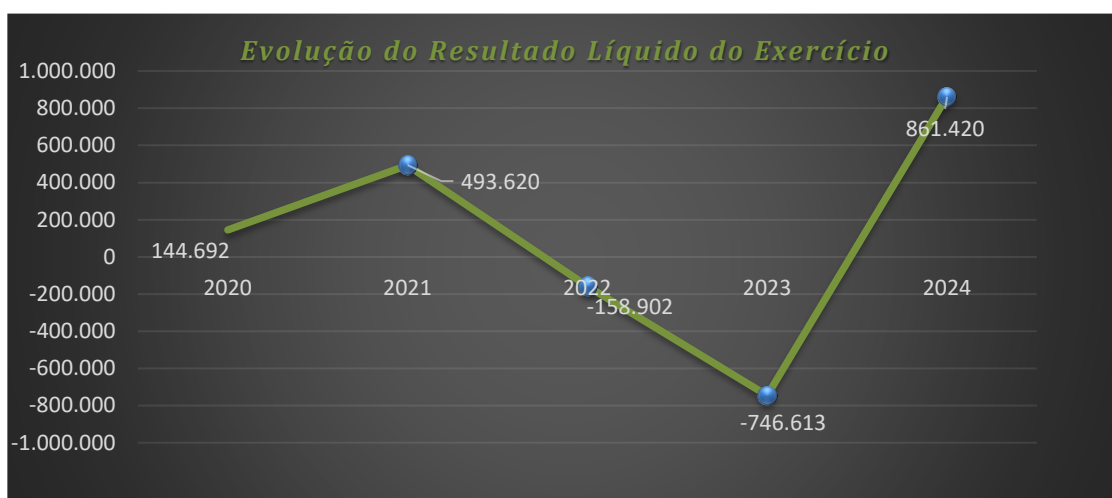
A partir da análise da estrutura de gastos e perdas do exercício, constata-se que os gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos** continuaram a aumentar, ainda que evidenciem um crescimento ligeiro, na ordem de **1,18%**, sendo essencialmente os gastos com **Transferências Concedidas** e os **Gastos com Pessoal** aqueles que, efetivamente, tiveram um significativo impacto no crescimento dos gastos de atividade, com um aumento de **17,93%** e **6,69%**, respetivamente.

Neste contexto, o resultado apurado no exercício **antes de depreciações e gastos de financiamento**, apresentou um valor positivo de **3.441.624 euros**

Considerando o valor expressivo que assumem as **depreciações** associadas à utilização dos bens ao longo de cada exercício económico, as quais atingiram em 2024 o montante de 2.408.922 euros, e depois do resultado ser ainda corrigido pelos gastos resultantes das necessidades de financiamento da atividade, que correspondem ao pagamento de **juros e gastos similares** suportados, foi possível apurar em 2024 um **Resultado Líquido** de valor positivo e bastante expressivo.

Neste contexto, o Município de Trancoso apurou em 2024 um **Resultados Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento** no montante de **3.441.623,61 euros**, que, após incorporado o valor dos **Gastos de Depreciação e Amortização** registados no período conduziu a um **Resultado Operacional** na ordem dos **1.032.701,50 euros**. Este valor, entretanto, corrigido pelo montante dos **rendimentos e gastos com juros**, conduziu ao apuramento de um **Resultado Líquido** do período de **861.419,77 euros**.

Gráfico XVI



5 – Verificação do Cumprimento do Equilíbrio Orçamental

O RFALEI, Lei 73/2013 de 3 de setembro, dispõe no seu artigo 40º, que a elaboração e execução dos orçamentos devem obedecer à **Regra de Equilíbrio Orçamental**.

Assim, para cumprimento da lei, os orçamentos das entidades do setor local têm de prever não só as receitas necessárias à cobertura de todas as despesas nele inscritas, mas também assegurar que a receita corrente bruta prevista, garanta a cobertura da despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

No exercício em análise, o Município de Trancoso assegurou o estrito cumprimento da referida norma legal, quer em sede de elaboração dos Documentos Previsionais referentes ao exercício de 2024, quer no conjunto das modificações efetuadas, bem como na sua execução.

Quadro XII

Verificação do Cumprimento na Fase de Elaboração dos Documentos Previsionais

Unidade: Euro

<i>Documentos Previsionais Iniciais</i>			
Receita Corrente	16.843.124	Despesa Corrente	14.516.212
		Amortizações Médias Empr. M/L Prazo	417.489
Total	16.843.124	Total	14.933.701

Quadro XIII

Verificação do Cumprimento Após a Realização das Modificações (Dotações Corrigidas)

Unidade: Euro

Dotações Corrigidas Finais			
Receita Corrente	17.054.290	Despesa Corrente	15.943.707
		Amortizações Médias Emprést M/L Prazo	722.114
Total	17.054.290	Total	16.665.821

Quadro XIV

Verificação do Cumprimento relativa à Execução do Orçamento

Unidade: Euro

Execução Orçamental			
Receita Corrente Cobrada Bruta	15.832.235	Despesa Corrente	11.773.905
		Amortizações Médias Empr. M/L Prazo	722.114
Total	15.832.235	Total	12.496.019

6 – Limite da Dívida e Dívida Total

De acordo com o estabelecido no artigo 52º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, lei que regula o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), o **limite da dívida total** de operações orçamentais do município em cada ano económico, incluindo aqui também a dívida das entidades previstas no artigo 54.º da mesma lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Quadro XV

Unidade: euro

<i>Limite da Dívida Total 2024</i>					
	2021	2022	2023	Média	1,5 Média
Receita Corrente Líquida	9.558.330	10.890.116	12.091.756	10.846.734	16.270.101

Este agregado (limite de dívida total), inclui na sua esfera a dívida total de operações orçamentais, os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento constituída por iniciativa dos municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos de terceiros decorrentes de operações orçamentais, ou seja, para o apuramento deste **limite da dívida total**, concorre o valor da dívida inscrita no passivo do Município, deduzido dos montantes das operações não orçamentais.

Neste contexto, a **margem** apurada no exercício de 2024 relativamente ao limite máximo do valor da dívida permitida de acordo com o atual quadro legal, apresenta um valor muito significativo, mesmo após a correção introduzida por via da incorporação das responsabilidades assumidas perante terceiros por parte das entidades pertencentes ao

Grupo Autárquico, obrigação decorrente do disposto no artigo 54º da citada Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Quadro XVI

Unidade: euro

Dívida Total 31/12/2024	
Município	10.661.975,81
TEGEC, EM - em Liquidação	16.221,39
FMT, EM - em Liquidação*	0,00
PACETEG, SA	0,00
Encanta, Lda	0,00
Com. Interm. Beiras e Serra da Estrela*	0,00
AMCH	7,00
AM Cova da Beira	16.033,66
AM Vale do Côa	0,00
AIRC	20.238,08
Dívida Total	10.714.475,94

Margem	5.555.625
---------------	------------------

*Ainda não foi possível aceder às contas da entidade relativas ao exercício de 2024

Deve fazer-se referência à circunstância de a entidade Associação de Municípios da Cova da Beira, da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela e ainda a FMT – Feiras e Mercados de Trancoso, EM – Em Liquidação, não terem disponibilizado até esta data, as suas contas individuais, pelo que se desconhece se no final do exercício de 2024 as mesmas apresentavam uma situação de equilíbrio de gestão, bem como o valor da dívida da referida entidade e, portanto, se têm valores a concorrer para o **Total da Dívida do Município**, de acordo com o definido no artigo 52º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Conclui-se, pois, que no final do exercício de 2024 o Município de Trancoso encontrava-se significativamente abaixo do valor máximo de dívida permitida.

7 – Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Atendendo ao montante do **Resultado Líquido** apurado para o exercício de 2024, no valor de **861.419,77 euros** propõe-se a sua integração em **Reservas**.

8 – Contabilidade de Gestão

Ultrapassada que foi a fase de transição entre referenciais contabilísticos, e estando já devidamente consolidadas e implementadas as regras definidas no âmbito do SNC-AP, verifica-se, no entanto, continuarem a persistir ainda alguns constrangimentos quanto à integral implementação da NCP27. Considerando que esta norma de contabilidade pública estabelece as bases para o integral desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão e os requisitos mínimos para a sua apresentação, conteúdo e divulgação, as limitações decorrentes das funcionalidades das ferramentas informáticas condicionam e determinam a capacidade das entidades em responder de forma integral às exigências da norma.

É hoje reconhecido, que a contabilidade de gestão tem-se revelado de extrema importância como ferramenta de apoio à tomada de decisão, na medida em que permite às várias entidades dispor de melhor informação dos recursos ao seu dispor, possibilitando e facilitando administrar de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, e melhor direcionada para a satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções.

A sua implementação constitui uma obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP, referencial de relato atualmente aplicável, e vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

O Município de Trancoso, dispondo já de um sistema de contabilidade de gestão, entende, no entanto, não estarem ainda implementados, na íntegra, todos os requisitos gerais previstos na NCP 27. De facto, considera-se ser ainda necessário operar diversos incrementos ao módulo da contabilidade de gestão do sistema informático em utilização (ERP AIRC), dado que o atualmente implementado está desenvolvido ainda sobre as regras do anterior sistema contabilístico (POCAL). Assim, não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude de a *software house* estar ainda em fase de desenvolvimento do módulo da aplicação informática SNC-AP (AIRC) que permite dar resposta integral a tal exigência, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício 2025.

9 – Eventos Subsequentes

No decurso dos últimos anos, tem vindo a assistir-se a uma sucessão de acontecimentos que condicionam e impactam com o regular funcionamento dos mercados internacionais e com uma economia cada vez mais global, integrada e interdependente

É hoje certo que os acontecimentos ocorridos numa região do planeta vão ter eco e repercussão nas condições de funcionamento dos mercados e dos preços a que os consumidores têm acesso aos diferentes bens e serviços.

Assim, após as graves consequências económicas resultantes de uma pandemia, este ecossistema global foi confrontado com os desafios provocados por decisões de geopolítica que conduziram a uma guerra no extremo do leste europeu, e com conflitos estimulados por fundamentalismos religiosos como é o caso da guerra entre Israel e o Hamas, sempre sob a ameaça de transformar-se numa guerra alargada entre vários países do Médio Oriente. Cumulativamente, vivem-se agora tempos particularmente conturbados e de total incerteza, em resultado de uma guerra comercial a nível global, com consequências ainda não possíveis de estimar quanto ao crescimento económico e a um eventual ciclo recessivo à escala mundial.

E, uma vez mais, a este quadro de instabilidade, somam-se ainda as incertezas quanto ao cenário político nacional.

Assim, todo o contexto de incertezas quanto à evolução da situação política e económica nacional e internacional, constituirão condicionantes ao desenvolvimento da atividade planeada, pelo que este deve ser, talvez, um tempo para refletir sobre as opções de gestão definidas e, devendo a prudência ser a linha orientadora das decisões a tomar, de forma a

garantir a manutenção da satisfação das necessidades coletivas dos munícipes, assegurando, simultaneamente, a sustentabilidade financeira das entidades.

10 – Conclusões

A gestão autárquica de 2024 constituiu mais um grande desafio face à incerteza e evolução desfavorável da conjuntura mundial e do fraco crescimento económico, essencialmente resultantes dos conflitos bélicos que ainda decorrem.

O arrefecimento global das principais economias mundiais, algumas das quais constituem o principal destino das exportações portuguesas, trouxe dificuldades acrescidas ao País e, consequentemente, ao agravamento das condições de vida e ao atraso na realização de investimentos.

Neste contexto, tal como já havia acontecido nos exercícios anteriores, o Município implementou medidas especialmente destinadas às pessoas e à economia local, intervindo e atribuindo apoios com vista a travar a deterioração das condições de vida das famílias, especialmente dos jovens e dos mais vulneráveis.

Assumindo as responsabilidades que lhe cabem, o executivo reforçou as ações de promoção do território, das suas potencialidades e dos seus produtos endógenos, investiu na recuperação e salvaguarda do património, com o objetivo de atrair mais visitantes e mais investimento para o concelho.

Certos de que muito há ainda por realizar, os resultados alcançados são fruto da colaboração de Todos os Trancosenses, pois é da responsabilidade coletiva a criação dum concelho melhor, sustentável, justo e equilibrado.